



# 11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

## Serviço Social e Famílias: visitando o debate histórico-crítico e as contribuições contemporâneas sobre a produção de conhecimento na respectiva área

Ethiene Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta análises críticas sobre a influência marxiana no Serviço Social, especificamente no trabalho com famílias. Busca promover reflexões sobre o processo interventivo e o debate contemporâneo da profissão. A pesquisa evidencia autores/as que discutem o exercício profissional nas políticas sociais, abordando concepções de família sob o direcionamento teórico-metodológico da teoria social crítica. Por meio de revisão bibliográfica, o estudo articula a produção de conhecimento atual às transformações societárias, visando fortalecer o compromisso ético-político frente às demandas da realidade social.

**Palavras-chave:** serviço social; família; teoria social crítica; trabalho profissional.

## Social work and families: visiting the historical-critical debate and contemporary contributions on knowledge production in the field

**Abstract:** This article presents critical analyses of the Marxian influence in Social Work, specifically regarding work with families. It seeks to promote reflections on the interventive process and the contemporary debate within the profession. The research highlights authors who discuss professional practice in social policies, addressing conceptions of family under the theoretical-methodological guidance of critical social theory. Through a bibliographic review, the study articulates current knowledge production with societal transformations, aiming to strengthen the ethical-political commitment in the face of social reality demands.

**Keywords:** social work; family; critical social theory; professional work.

### 1. Introdução

A discussão sobre o trabalho dos/as assistentes sociais com famílias é transversal ao amadurecimento do debate teórico e ético-político da profissão. Tal centralidade revela o processo sócio-histórico de construção da autoimagem do Serviço Social, denota os elementos que legitimam a profissão no contexto social e elucida os marcos históricos da transição para um Serviço Social renovado.

Mioto (2004), pioneira na discussão sobre a temática, enfatiza em seus escritos as implicações das matrizes teóricas no processo de formação e no exercício profissional. Para a autora, a opção por determinada orientação teórica reflete-se diretamente na

---

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). Email: ethiene.epas@gmail.com

prática: seja por meio de ações interventivas coerentes e comprometidas com a transformação social, ou por condutas pragmáticas assentadas em um tecnicismo conservador.

Tratar dessa temática sob a perspectiva teórico-metodológica crítica é fundamental. Não se trata apenas de pontuar as contribuições do marxismo para os processos interventivos e para a concepção de família, mas também de refletir como essa tendência tem sido apropriada por pesquisadores, profissionais e estudantes. Essa apropriação repercute no cotidiano dos espaços socioinstitucionais e nas metodologias que direcionam as políticas sociais e os serviços ofertados.

Logo, realizar considerações críticas sobre a influência marxiana no Serviço Social, especificamente no campo do trabalho com famílias, constitui o eixo central deste artigo. A elaboração do texto baseou-se na bibliografia da disciplina “Família e Política Social”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC). Paralelamente, foram realizadas leituras complementares em livros e periódicos de intelectuais que têm construído aportes teóricos e investigações sobre as conexões entre famílias, política social e Serviço Social brasileiro.

## **2. Fundamentos Teórico-Metodológicos e a Produção de Conhecimento sobre Famílias no Serviço Social**

O referencial marxista nada mais é do que a expressão do pensamento do sujeito, do movimento da realidade, é a fonte de onde destaca a importância do papel da consciência no processo do conhecimento. Na história do pensamento econômico, a teoria crítica de Karl Marx trouxe debates e questões que permitiram o (re) pensar a história, os fatos/fenômenos e suas procedências e contradições.

Hunt (2005, p. 194), ao debruçar-se sobre a teoria crítica de Marx à economia clássica afirma que o que difere Marx de outros pensadores é a perspectiva histórica, para o autor, Marx comprometeu-se em estudar a história com mais cuidado, dentre suas “máximas”<sup>2</sup> está a afirmação de que o processo de produção é uma atividade social, que pode manifestar-se em distintos formatos, conforme as diferentes formas de organização social e as suas condizentes técnicas de produção.

---

<sup>2</sup>Referência ao pensamento de Karl Marx.

Marx, a partir do materialismo histórico dialético consegue mostrar o movimento da realidade a partir da discussão sobre totalidade, historicidade e contradição - contingências presentes nas diferentes fases do capitalismo, que permitem o desvelamento das relações do modelo capitalista de produção, bem como o processo histórico de organização social burguesa.

Em seus apontamentos sobre a teoria crítica, Teixeira (2018), destaca que o marxismo parte de um entendimento sobre a realidade

[...] na sua dimensão histórica (em que se destacam elementos como dinamicidade, provisoriedade e transformação) e ontológica. Portanto, a realidade é vista como uma totalidade de fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais inter-relacionais (*denomina de modo de produção*), em que a consciência é produto das condições materiais de existência, logo, uma superestrutura (jurídica, política e ideológica), com relação orgânica com a infraestrutura [...] Nessa perspectiva a totalidade é uma unidade de contrários, portanto, é dialética. Essa dialética exprime o modo de ser o real e o método de aprendê-la. A dialética exprime o movimento contraditório do real e suas tendências negatividade e transformação, mas essa realidade é também histórica, perspectiva que também rompe com o determinismo, pois compreende a realidade em seu movimento interno e ontológico, de construção permanente [...] Essa perspectiva, materialista e histórico-dialética, oferece uma interpretação da história a partir das relações sociais de produção e reprodução social, com destaque para a luta de classe como motor dessa história (Teixeira, 2018, p. 52-53).

Analisar a realidade a partir do método materialista histórico-dialético requer apreender a realidade não da forma que ela se apresenta, uma vez que abstrair os fenômenos de determinada realidade de modo imediato, nos direciona a recair em uma compreensão fragmentada que compromete o entendimento da essência do objeto em processo de pesquisa.

Captar a realidade em sua essência é uma tarefa complexa, visto que demanda a construção de um conhecimento que tem como elemento constitutivo a decomposição do todo que compõe o objeto, e ainda, exige uma penetração espontânea para se estabelecer o alcance da percepção do todo e de suas partes, bem como sua reprodução naquela realidade previamente estabelecida.

Ao discorrer sobre os desdobramentos da adesão dessa tendência teórico-metodológica no Serviço Social, Teixeira (2018), ao debruçar-se sobre os contributos de Miotto (2010), evidencia que esta perspectiva efetuou duas modificações essenciais para se refletir o trabalho com famílias. Sendo assim, Teixeira (2018), assinala

1. Nova possibilidade de interpretação da demanda e dos problemas sociais (que não são vistos como problemas individuais/familiares, não são casos de famílias, não estão no campo da competência ou incompetência dos sujeitos), analisados como expressões de necessidades humanas não satisfeitas e decorrentes da estrutura desigual e excludente da sociedade capitalista.
2. Nova direcionalidade das ações profissionais: a categoria dos direitos e da cidadania passa a mediar o encaminhamento das ações profissionais, ações profissionais que tratam a família como sujeito de direitos, portanto, que precisa ser cuidada, apoiada e protegida para que se garanta o direito à convivência familiar e comunitária (Teixeira, 2019, p. 54).

A partir das reflexões da autora acima, é possível identificar as mudanças que esta perspectiva trouxe para a intervenção profissional no âmbito do trabalho com famílias, já que nas perspectivas do funcionalismo e da teoria sistêmica as demandas eram concebidas como problemas individuais e/ou familiares. Ainda sobre as perspectiva inicial que direcionara o trabalho com famílias no âmbito da profissão, Dal Prá, Grah e Wiese (2021, p. 2), apontam que tal concepção esteve centrada “no conservadorismo, com prevalência moralizante e doutrinária voltada para a prevenção dos problemas sociais, adaptação social e controle”.

Por outro lado, em meados da década de 80, a partir de uma racionalidade pautada na criticidade, associada ao empenho e comprometimento de construção de uma nova ordem societária, que a perspectiva histórico crítica trouxe e/ou buscou dar ao âmbito da profissão a criação de respostas competentes e compromissadas “com o atendimento de necessidades sociais e com o acesso a bens e serviços sociais fundamentadas no pleno reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas” (ABEPPS, 2021, p. 7), no âmbito do trabalho profissional com famílias, por exemplo, as demandas passaram a ser entendidas por alguns/algumas profissionais como demandas decorrentes da privação e/ou não satisfação das necessidades humanas básicas, derivadas da desigualdade social instituída pelo modo de produção capitalista.

O aprofundamento do debate sobre a família no interior da tradição marxista permite-nos pensá-la a partir de sua contraditoriedade e particularidade no cenário do capital – compreendê-las a partir de uma concepção que sobrepõe as perspectivas clássicas conservadoras, que conceba a família em suas configurações diversificadas, em diferentes realidades, não responsabilizando-as, culpabilizando-as – concebendo assim, a instituição familiar e os sujeitos que a constitui em sua integridade ontológica (Horst, 2018).

A incorporação da tendência crítica foi um marco que consistiu na configuração de um novo perfil profissional, foi neste momento que o Serviço Social expressou uma percepção de ação profissional comprometida com a busca e apropriação do conhecimento crítico da realidade política e social, e que por tanto, traçou caminhos que deram uma nova conotação política à profissão, que trouxeram reflexões a condutas éticas, amadurecimento teórico prático e político profissional, a integralidade de tudo isso possibilitou um redimensionamento ao Serviço Social.

Assim, a referida perspectiva possibilita uma análise que excede os pontos de vista clássicos e hegemônicos, portanto, no âmbito do debate sobre famílias, a título de exemplo, concebe a como

[...] como um espaço que se constrói e se reconstrói, histórica e cotidianamente, por meio das negociações que se estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade, e entre a própria família e outras esferas da sociedade [...] A perspectiva marxista interpreta a família de modo a ressaltar seus aspectos históricos enquanto construção social. Portanto, a família não é uma instituição natural, mas social e histórica, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou no interior de uma sociedade, conforme as classes e os grupos sociais heterogêneos (TEIXEIRA, 2018, p. 54-55).

Assim, tal tendência permite uma análise ampliada e contemporânea de família, possibilita pensar a família a partir de suas contradições, de novas identidades, uma vez que ela não se limita em si e nem tão somente a seus valores internos, ela é contemporânea, firmada a partir da redefinição de papéis no seio familiar, sendo assim, as relações de gênero passam a ser questionadas, há uma variação em relação ao arranjo familiar nuclear, dá-se lugar e visibilidade para se pensar e debater os novos arranjos familiares.

A perspectiva crítica contrapõe-se às perspectivas conservadoras, que concebem a família a partir de um “modelo ideal”, que tem uma estrutura com papéis predefinidos e naturalizados. Sendo assim, no âmbito da apropriação desta perspectiva como requisito para intervenção com famílias, é possível compreender/apreender que este âmbito “privilegiado [...] onde se aprende a ser e a conviver” (Teixeira, 2018), pode ter laços familiares redefinidos, dando lugar a novas configurações da vida em família

[...] posto que as pessoas que convivem em uma ligação afetiva duradoura podem ser um homem e uma mulher e seus filhos biológicos, mas também podem ser um casal do mesmo sexo, ou apenas a mulher com seus filhos legítimos ou adotados, e outras infinitudes de arranjos (Teixeira, 2018, p. 55).

Ao analisar as “janelas que foram abertas” para o debate do trabalho com famílias na condição de objeto privilegiado da intervenção direta ou indireta dos/das assistentes sociais, Horst (2018), evidencia a obra intitulada “Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia”, de Lúcia Maria Silva, publicada pela editora Cortez, na década de 80 – de acordo com o autor, apesar de ter sido obra precursora no âmbito deste debate, foi somente em meados dos anos 90 e muito mais na época 2000, que as discussões e produções foram ampliadas

[...] os motivos da ausência do debate sobre família no arco da teoria social crítica pelo Serviço Social, especialmente nas décadas de 1970, 1980, e também de 1990 podem ser atribuídos à preocupação com a consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, à inserção da profissão como interlocutor do debate das Ciências Sociais sobre política social e também a um possível alinhamento ao caminho adotado pela esquerda, de negação da família burguesa como objeto de interesse intelectual (Horst, 2018, p. 131).

Referente aos anos 2000, o autor continua

[...] nos anos 2000 o debate vai se estruturando e vão se instalando tensões nas concepções de família e nas formas de pensar e propor o trabalho com elas, embora ainda se observe a hegemonia dos cânones do conservadorismo, ancorada nos fundamentos teórico-metodológicos do estrutural-funcionalismo e de suas derivações (Horst, 2018, p. 133).

Sob a ótica de Mioto (2010) e de Dal Prá, Grah e Wiese (2021), o percurso estabelecido entre as décadas de 70, 80, 90 e o início dos anos 2000 é emblemático para o Serviço Social na conjuntura brasileira. Foi nesse interstício que a área se consolidou como campo de conhecimento, adquirindo visibilidade na pós-graduação e na iniciação científica, além de obter reconhecimento das agências de fomento à pesquisa. Esse processo permitiu o aprofundamento do debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos e a inserção política qualificada no âmbito das políticas sociais.

Contudo, Mioto (2010) ressalta que, nesse mesmo período, a família não ascendeu à condição de prioridade como objeto de estudo no seio da profissão. Tal lacuna acarretou repercussões deletérias ao Serviço Social, incidindo diretamente na dimensão operativa. As consequências manifestaram-se na dificuldade de se conceber intervenções que estivessem organicamente articuladas ao novo marco teórico-metodológico, evidenciando um descompasso entre o amadurecimento intelectual da profissão e a sistematização do trabalho direto com as famílias.

[...] O fato da família e das formas de intervenção com famílias não ser problematizada e trabalhada dentro do novo marco teórico afetou profundamente o campo da prática profissional. Afinal, as instituições públicas ou não, continuaram sendo o grande campo de trabalho para os assistentes sociais e nelas as famílias continuaram como sujeitos privilegiados de intervenção. Nesse período de efervescência do debate da teoria social crítica [...] a família é vista “como um desvio de energias e de conhecimentos que poderiam ser canalizados para setores dotados de maior capacidade de respostas em termos de transformação das relações sociais em seu conjunto” (Miotto, 2010, p. 166).

Naquela conjuntura, constatou-se um nítido distanciamento de parcela dos/as profissionais em relação à renovação teórico-metodológica da profissão. Conforme pondera Miotto (2010), a ausência de uma produção consistente sobre a família sob a ótica da teoria social crítica levou muitos/as assistentes sociais a buscarem amparo em orientações teóricas funcionalistas ou sistêmicas. Esse fenômeno resultou, entre as décadas de 1970 e 1980, na incorporação da terapia familiar de viés sistêmico, uma abordagem que, embora operativa, frequentemente obliterava as determinações macroestruturais da questão social.

Ao avançar para a década de 1990, observa-se que, embora o debate sobre a família no Serviço Social ainda não houvesse alcançado o status de eixo prioritário de pesquisa, sua relevância estratégica passou a ser sinalizada pela centralidade conferida às famílias nas políticas sociais brasileiras pós-Constituição de 1988. Um marco fundamental para a visibilidade institucional dessa discussão foi o IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Goiânia, em 1998, sob a égide do tema “Trabalho e Projeto Ético-Político”, o evento inseriu a família como um de seus eixos temáticos estruturantes, fomentando o reconhecimento da categoria como campo de conhecimento indispensável (Horst, 2018).

Nos anos 2000, a discussão sobre a unidade familiar consolidou-se de forma mais orgânica no âmbito profissional, inserida em uma realidade marcada pela reforma do Estado e pela ofensiva neoliberal. De acordo com Teixeira (2020), essa centralidade da família nas políticas sociais é fruto de uma tensão entre forças antagônicas: de um lado, os movimentos de trabalhadores/as e movimentos sociais que reivindicam a universalização dos direitos e a responsabilidade estatal na garantia da proteção social; de outro, a lógica neoliberal que promove a retração do Estado e a consequente transferência do ônus da proteção para a esfera privada do lar.

Essa "familiarização" da proteção social, chamada também de familismo, passa a demandar uma análise crítica que desvele as estratégias de minimização do Estado e a precarização das condições de reprodução social da classe trabalhadora frente ao agravamento das expressões da questão social. Nesta conjuntura,

[...] a família assumiu a centralidade nas políticas sociais brasileiras, resultante de duas forças antagônicas: de um lado, os movimentos reformistas das políticas sociais que lutavam contra os modelos institucionalizantes e pela garantia do direito à convivência familiar e comunitária das pessoas com suporte e apoio do Estado em serviços alternativos de nova modalidade, diurnos, abertos e em comunidade; de outro lado, as reformas neoliberais, que se iniciaram nos anos 1990, embasadas e fundamentadas na redução do gasto público, nas privatizações, nas políticas públicas estatais para os mais pobres, parceria com a família, mercado e ONGs na prestação direta de serviços de proteção social, como forma de reduzir as demandas do Estado (Teixeira, 2020, p. 149).

Nesse sentido, no intervalo entre as décadas de 1990 e 2000, as investigações e a produção de conhecimento em torno da família e sua interface com as políticas sociais tornaram-se recorrentes. Consolidaram-se debates que analisam criticamente a relação Estado-Família, denunciando a tendência de converter a família no principal agente de proteção em um cenário de minimização e desresponsabilização estatal. Tais estudos debruçam-se sobre a configuração do sistema de proteção social em plena era de contrarreformas neoliberais, o reconhecimento do papel das famílias nas políticas setoriais e os desígnios dos serviços a elas destinados, além de problematizarem o trabalho social e suas respectivas metodologias de intervenção.

Acerca do adensamento das discussões sobre a família e sua vinculação com a política social no âmbito do Serviço Social, Horst (2018) reitera que esses debates ganharam fôlego à medida que os sucessivos governos avançaram na formalização da centralidade da família nas normativas públicas, tendência presente desde a Constituição Federal de 1988 até os estatutos específicos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

[...] os governos avançaram na formalização da centralidade da família nas políticas sociais – presentes desde a Constituição Federal até mesmo nos Estatutos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Logo também se iniciou o debate em torno das metodologias de trabalho com famílias. Tal diálogo ganhou expressão maior na década de 2000, quando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) adotou como lócus privilegiado de enfrentamento da pobreza a “Matricialidade Sociofamiliar”, demarcada como diretriz na Política Nacional de Assistência Social. A partir disso, o debate que logo ganhou expressão não tardou em denunciar a tendência familista não só da PNAS, como das demais políticas sociais brasileiras (HORST, 2018, p. 163).



Em sua análise, Horst (2018) destaca a tendência familista ou familiarista que perpassa as políticas sociais brasileiras. Para o autor, a concepção de que as famílias devem assumir a responsabilidade primária pelo bem-estar de seus membros, reservando ao Estado um papel mínimo na provisão de bens e serviços, constitui uma diretriz assumida pela política de assistência social.

Ademais, o autor adverte que é um equívoco circunscrever o familismo apenas ao âmbito da assistência social, uma vez que tal lógica opera de forma capilarizada no sistema judiciário, na habitação, na saúde e até na política de assistência estudantil. Essa tendência é ratificada em marcos normativos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, bem como em diretrizes que orientam a dimensão operativa do trabalho com famílias (Horst, 2018).

Nesse cenário, Miotto e Dal Prá (2015), Gelinski e Moser (2015) e Teixeira (2012) figuram como referências fundamentais na produção de conhecimento contemporânea, enfatizando a dialética entre Estado e família. As autoras debruçam-se sobre a atribuição histórica delegada à família na gestão do cuidado e da proteção social, fenômeno que permanece latente e atual nas dinâmicas de reprodução social da classe trabalhadora.

Outro olhar relevante no debate contemporâneo diz respeito ao reconhecimento dos papéis familiares e aos desígnios dos serviços setoriais. Nesse campo, as problematizações de Carloto (2010; 2018), Freitas et al. (2012) e Alencar (2010) fomentam reflexões críticas sobre o Sistema de Proteção Social, denunciando como os programas de enfrentamento à pobreza têm centrado suas estratégias no campo socioassistencial, muitas vezes sobrecarregando a rede privada de suporte.

As referidas autoras defendem a necessidade premente de apreender a família em sua historicidade, concebendo-a como uma realidade em constante transformação e atravessada por uma pluralidade de arranjos (Freitas et al., 2012). Nessa perspectiva, a família deixa de ser vista como uma instituição estática para ser compreendida como um espaço de síntese das transformações societárias, exigindo que a produção de conhecimento e a intervenção profissional acompanhem a diversidade das formas de convivência e as novas demandas sociais.

[...] passou por alterações em sua estrutura e organização interna, nos padrões de conduta, de convivência e da realização dos papéis sociais, ela reproduz novas condições para o estabelecimento das relações entre seus membros [...] a família mudou e, dentre as principais mudanças, se situam: a diminuição do seu tamanho, sendo cada vez mais comum famílias com poucos membros; a diversificação dos arranjos domésticos com uma grande diversidade de formatos que não passam, necessariamente, pelo modelo tradicional (homem-provedor/mulher-esposa-mãe-dona-de-casa, com a mulher assumindo um papel central no sustento familiar; a dissolução frequente dos laços familiares, bem como as possibilidades do recasamento, o que estabelece uma dinâmica de relações familiares mais complexas e que repercutem nos padrões de parentesco tradicional. De fato, as famílias estão cada vez menores, sendo muito recorrentes as famílias compostas por apenas uma pessoa, as famílias monoparentais, casais sem filhos e casais do mesmo sexo (Alencar, 2010, p. 149).

Tanto Carloto (2008; 2018) quanto Freitas et al. (2012) e Alencar (2010) apresentam proposições fundamentais para a análise da tríade proteção social, famílias e gênero. As autoras destacam que a dinamicidade dos novos arranjos familiares impõe desafios complexos à formulação de políticas sociais, exigindo a construção de serviços que reconheçam e atendam a diversidade dos arranjos familiares existentes.

As análises das autoras convergem quando refletem sobre os atravessamentos da divisão sexual e racial do trabalho, condição que ainda hoje espraia a condição na qual as mulheres são majoritariamente subjugadas e responsabilizadas pelo cuidado, proteção e educação dos membros do grupo familiar. Esse cenário evidencia as tensões inerentes à conciliação entre o trabalho doméstico e a inserção no mercado de trabalho, seja formal ou informal. Ademais, as autoras sinalizam o desafio de articular programas sociais com recorte de gênero, uma vez que as mulheres figuram como as principais requerentes de serviços. Paradoxalmente, as políticas vigentes, ao centrarem suas ações na figura feminina, frequentemente acabam por ratificar a responsabilização individualizada da mulher pela sobrevivência e bem-estar da família.

Por fim, outro debate proeminente na produção contemporânea versa sobre o trabalho social com famílias e suas respectivas dimensões metodológicas. Nesse campo, destacam-se os contributos de Miotto (2010; 2020) e Teixeira (2017; 2018), intelectuais que adensam as discussões sobre os fundamentos teórico-metodológicos e a trajetória histórica das intervenções profissionais. Ambas as autoras analisam as demandas e requisições direcionadas ao Serviço Social na cena contemporânea, pontuando os desafios ético-políticos postos à profissão frente ao agravamento das expressões da questão social.

A partir da explanação desses estudos, observa-se que o debate em torno da interface entre família e políticas sociais está fortemente concentrado nos campos da assistência social e da saúde. Tais produções buscam desvelar as contradições do exercício profissional em espaços socioinstitucionais marcados por lógicas de seletividade e precarização, reafirmando a necessidade de uma atuação comprometida com a garantia de direitos e com a emancipação humana (Santos, 2021).

No âmbito da política de assistência social, o debate é concebido em torno de temas relacionados à centralidade da família na referida política, abrangendo as funções delegadas à unidade familiar na provisão de bem-estar social. As discussões focam no trabalho profissional no contexto de programas sociais direcionados a famílias em situação de vulnerabilidade e na operacionalização das intervenções na rede socioassistencial.

No âmbito da política de saúde, a discussão estabelece-se em torno da incorporação das famílias nas diretrizes setoriais, com ênfase na gestão do cuidado e na transferência da responsabilidade protetiva para o espaço doméstico. Essa tendência incide prioritariamente sobre as mulheres, concebidas como cuidadoras principais tanto na esfera hospitalar quanto no acompanhamento e na efetivação desse cuidado no ambiente privado. Sobre tal temática, destacam-se as contribuições de Dal Prá et al. (2015; 2021) e Dal Prá e Moser (2016), cujas investigações têm ampliado o debate crítico sobre o tema. Tais produções contribuem decisivamente para a estruturação de um campo de conhecimento sólido acerca da relação entre família, política social e a gestão do cuidado.

Em contrapartida, na política habitacional, a produção que privilegia o debate sobre o trabalho social com famílias ainda é diminuta. Geralmente, as discussões vinculam-se a questões gerais do trabalho social desenvolvido em programas habitacionais municipais, centrando-se no cumprimento dos eixos e atividades que constituem as fases operativas do projeto. As análises abordam os processos de remanejamento ou reassentamento, as dificuldades de adaptação às unidades habitacionais e os contratemplos enfrentados no período de pós-reassentamento. Nesse campo investigativo, cabe enfatizar as produções de Costa (2015), Santana (2013; 2020), Oliveira (2017; 2018), Vallina (2018) e Santos (2021), que buscam conferir visibilidade teórica às particularidades da intervenção profissional nessa área.

No que tange ao alargamento do escopo do debate sobre a concepção de famílias no âmbito do Serviço Social, pesquisadoras de diferentes áreas das políticas sociais têm se debruçado sobre o tema sob uma perspectiva crítica. Para Miotto (2010), a família deve ser compreendida como um espaço complexo e histórico, destinado à produção de subjetividades, ao cuidado e à redistribuição interna de recursos. Em suas reflexões sobre a interface entre família e políticas sociais, a autora enfatiza as formas de incorporação da unidade familiar nas proposições estatais, ressaltando que, na contemporaneidade, a família assumiu papel central na execução das políticas setoriais, especialmente na assistência social e na saúde, por meio de programas de transferência de renda.

Sob a ótica de Carloto (2008), a família constitui uma instituição concebida socialmente, em cujo interior perduram múltiplas contradições. Para a autora, o entendimento contemporâneo sobre a família é plural e ampliado, abrangendo uma diversidade de arranjos; entretanto, persistem perspectivas que reforçam a sobrecarga funcional da unidade familiar e a reiteração de sua função protetiva em detrimento da responsabilidade estatal.

De forma convergente, Alencar (2010) analisa a família como uma realidade histórica que ocupa papel fundamental na reprodução social. Nessa acepção, a análise da instituição familiar não pode ser desarticulada dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que a circundam. Partilhando dessa perspectiva crítica, Teixeira (2018) constrói sua concepção de família definindo-a como um espaço histórico e contraditório, marcado no cotidiano da convivência por conflitos e desigualdades que refletem a própria estrutura da sociedade.

Ao destacar a necessidade de apreender a família como fenômeno histórico e produto de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, sobressai a percepção de Bertelli e Moser (2018). Para as autoras, a família deve ser compreendida a partir de sua historicidade, conflitos e contradições sociais, sendo imperativo analisá-la em sua complexidade e na multiplicidade de aspectos que a envolvem. Isso abrange desde os modos de pensar e conceber a unidade familiar até a definição de seus diversos arranjos e dinâmicas internas.

De forma complementar, Freitas et al. (2010; 2024) compreende a família como uma realidade em rede, rompendo com a perspectiva estritamente nuclearizada. Na ótica das autoras, a família é essencialmente plural e dotada de uma diversidade de arranjos

que exige o reconhecimento de suas diferentes realidades existenciais, trajetórias de vida e as múltiplas formas de organização cotidiana que a classe trabalhadora estabelece para sua reprodução social.

Falar sobre famílias – e a ênfase ao plural é importante e faz toda a diferença – significa pensá-las em suas relações tanto com a sociedade mais ampla onde se inserem quanto, também, nas formas como estas se atualizam na vida diária das pessoas que lhe dão concretude [...] As transformações demográficas constituem-se em outro fator indispensável para se pensar família hoje. Temos uma família transformada em seus elementos, em suas ocupações, nas formas de relacionamento [...] Trata-se de famílias no plural, porque encontramos, no dia a dia, uma multiplicidade de tipos (Freitas et al., 2010, p. 16 – 17).

Ao debater a proposição do trabalho social com famílias e o processo histórico de constituição desse debate no Serviço Social, convida-se pesquisadores e profissionais a compreenderem que as demandas atendidas nas diversas políticas não são fatos isolados. Pelo contrário, são expressões da questão social que carregam rebatimentos históricos, rupturas e continuidades indispensáveis de serem analisadas na contemporaneidade. Essa reflexão direciona o olhar para a materialidade da ação profissional no cotidiano, propondo que o reconhecimento da multiplicidade dos arranjos de famílias transcenda o campo teórico e se configure como um imperativo ético-político nas práticas interventivas.

Tal direcionamento deve dar base à intervenção profissional na atualidade, pois é somente através de uma práxis que contemple a família em suas múltiplas determinações, perpassando as intersecções de classe, raça/etnia e gênero, que se torna possível construir respostas que dialoguem efetivamente com as necessidades reais dos sujeitos. Esse posicionamento viabiliza o fortalecimento do projeto societário defendido pela categoria e a consolidação da defesa intransigente dos direitos humanos. Afinal, a intervenção pautada em uma perspectiva crítica, fornece elementos indispensáveis para conceber e intervir junto à família que, como bem pontua Miotto (2010), permanece como um dos principais sujeitos da nossa intervenção profissional na contemporaneidade.

### **3. Considerações Finais**

Segundo Couto (2018), o debate sobre as famílias possui uma relevância vital, situando-se, no campo do Serviço Social, na tarefa de compreender esse âmbito de intervenção como um ambiente privilegiado de debate dos interesses da classe trabalhadora e de suas possibilidades de acesso à riqueza socialmente produzida (Couto,

2018, p. 14). Atuar a partir de uma perspectiva crítica, que reconheça a diversidade e a mutabilidade contínua das organizações familiares, exige o rompimento definitivo com visões neoconservadoras. Tal postura demanda a operacionalização de uma práxis contra-hegemônica, sustentada por um posicionamento ético-político firme perante a atual conjuntura, marcada pelas regressões de direitos advindas da ordem ultraneoliberal.

Posto isso, entende-se que problematizar o trabalho do/da assistente social com famílias, bem como as direções assumidas pela profissão ao longo de seu processo de amadurecimento intelectual e das sucessivas matrizes teórico-metodológicas que orientaram a apreensão desse objeto, constitui uma tarefa impreterível. Essas discussões permitem um mergulho na historicidade da profissão, que estabeleceu um compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Portanto, é indispensável analisar o trabalho profissional em sua expressão cotidiana no interior das políticas sociais, desvelando as tensões entre as necessidades das famílias e as respostas institucionais dadas às suas demandas.

Ademais, apesar do aprofundamento da perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro, a profissão ainda enfrenta, na contemporaneidade, heranças intelectuais que reforçam expressões do conservadorismo. Torna-se urgente, portanto, a construção de debates qualificados sob uma base sólida, tanto na formação quanto no trabalho profissional. A busca e a apropriação do referencial marxiano apresentam-se como o caminho necessário para a superação do imediatismo, do ecletismo e da perda de profundidade nas formulações teóricas. O recurso à teoria social crítica é fundamental para confrontar o legado do pensamento social da modernidade que, como adverte Iamamoto (2013), muitas vezes mascara o fatalismo e o messianismo sob concepções naturalistas e idealistas da vida social.

## Referências

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Família, **Trabalho e Reprodução Social: Limites na realidade brasileira**. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (orgs.). Famílias & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). In: Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social. Nota Técnica. Brasília: ABEPSS, 2021.

BERTELLI, Edilane; MOSER, Liliane. **Que família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações.** In: Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 17-33, 2. sem. 2018.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. **Política social, famílias e gênero.** In: Revista em Pauta, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 49-64, 2. sem. 2018.

COUTO, Berenice. **Prefácio.** In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). Trabalho Com Famílias no Âmbito das Políticas Públicas. Campinas: Papel Social, 2018.

DAL PRÁ, Keli Regina et al. **As ações profissionais da/o assistente social na atenção primária em saúde no contexto da pandemia de Covid-19.** In: Revista Katálisis, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 595-606, set./dez. 2021.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira; BARROS, Nívea. **Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para o debate.** In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (orgs.). Famílias & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; AZEREDO, Verônica Gonçalves (orgs.). **Famílias, Proteção Social e Política Social no Brasil e em Portugal** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

HORST, Claudio Henrique Miranda. **Família, Marxismo e Serviço Social:** desvendando o invólucro místico. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** Tradução: José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O Serviço Social e o trabalho com famílias: desafios ao passado, presente e futuro.** [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (96 min). Publicado pelo canal Pótere Social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hMH6H7tDNSU>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social.** In: Serviço Social em revista, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais.** In: Revista Virtual Textos e Contextos, Porto Alegre, n. 3, dez. 2004.

MOSER, Liliane; DAL PRÁ, Keli Regina. **Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras.** In: Revista Virtual Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 382-392, ago./dez. 2016.

PRÁ, Keli Regina Dal; GRAH, Bruno; WIESE, Michelly Laurita. **O Serviço Social e os estudos sobre famílias.** In: Oikos: Família e Sociedade em Debate, Viçosa, v. 32, p. 1-16, 2021.

SANTOS, Ethiene da Purificação dos Anjos. **Fundamentos do Serviço Social e o Trabalho Com Famílias:** o desvendar teórico-metodológico do trabalho profissional no âmbito da política habitacional. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento, família e políticas públicas. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan./abr. 2020.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho social com famílias.** In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). Trabalho com famílias no âmbito das políticas públicas. Campinas: Papel Social, 2018.